Fórum Municipal de Educação
FMESP
Cidade de São Paulo

ATA da Reunião Ordinária do Fórum Municipal de Educação da Cidade de São Paulo de 05/05/2026

Aos cinco dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis, às 18h30, em segunda chamada, conforme previsto no Regimento Interno, teve início a reunião do Fórum Municipal de Educação da Cidade de São Paulo. A coordenação iniciou os trabalhos cumprimentando os presentes e registrando o início da reunião em segunda chamada, conforme previsão regimental. **sendo coordenada por Maciel Nascimento, representando Débora Greice, Coordenadora do FMESP. Maciel, SINDSEP - Boa noite a todos e todas todes, justifico a ausência da Coordenadora Debora Greice que deve estar a caminho e do Secretário Executivo João Luis, que estará ausente por questões pessoais. Aproveito para convidar Maria Vilany e Edilene de Cássia a compor a mesa, enquanto Executiva deste Fórum**, sendo também registrada a presença de **Fátima, que organizou o material a ser apresentado** posteriormente ao plenário. Na abertura da reunião, a Coordenação informou que os trabalhos se iniciavam em clima de indignação diante do protocolo do Projeto de Lei nº 354/2026, encaminhado pelo Executivo Municipal, ressaltando que o referido projeto impactava diversos aspectos da educação municipal, quando a categoria reivindicava apenas reajuste salarial. Diante disso, foi proposta a inclusão do debate sobre o Projeto de Lei nº 354/2026 na pauta da reunião. Na sequência, foram mencionadas justificativas de ausência encaminhadas por membros do Fórum, por situações pessoais e familiares que impossibilitaram a presença de alguns representantes. A coordenação ressaltou a importância da participação presencial nas reuniões do Fórum Municipal de Educação, destacando que a presença física qualifica o debate, amplia a troca de experiências e fortalece a construção coletiva das políticas educacionais. Foi registrado que a transmissão realizada pelo canal da Câmara Municipal de São Paulo não permite interação dos participantes, razão pela qual o fórum continuará valorizando a participação presencial, especialmente considerando o momento de discussão dos planos municipais de educação e do futuro da educação pública municipal para o próximo decênio. A Coordenação enfatizou que nada substitui o “olho no olho”, o diálogo presencial e a construção coletiva desenvolvida no espaço do fórum. Também foi reforçado que os representantes titulares devem acionar suas suplências sempre que impossibilitados de comparecer às reuniões, destacando que a participação dos suplentes é sempre bem-vinda. Foi ressaltado ainda que o Fórum Municipal de Educação constitui espaço de resistência, diálogo e construção coletiva, especialmente diante do contexto de mobilização e greve geral do funcionalismo público municipal. A Coordenação destacou a importância da manutenção do fórum ativo, com ampla participação das entidades da sociedade civil e do poder público. Foi enfatizado que o fórum é um dos poucos espaços institucionais que possibilitam a construção coletiva entre diferentes entidades e o poder público municipal. Na sequência, foi apresentada a pauta da reunião, composta pelos seguintes itens: Leitura e aprovação da pauta; **1. Aprovação da ata da reunião de abril de 2026; 2. Justificativas de ausência; 3. Eleição da executiva do Fórum Municipal de Educação; 4, Composição das Comissões de Divulgação e Mobilização e da Comissão de Monitoramento e Sistematização; 5. Informes da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação; 6. Organização das Câmaras Temáticas; 7. Organização das pré-conferências regionais do Plano Municipal de Educação; 8. Outros assuntos.** Foi incluído na pauta o debate referente ao Projeto de Lei nº 354/2026, para apresentação dos aspectos considerados prejudiciais ao processo educacional da cidade de São Paulo. Não havendo novas inclusões, **a pauta foi aprovada**. Na apreciação da ata da reunião

anterior, referente ao mês de abril de 2026, a Coordenação explicou que o documento foi elaborado em formato extenso, em razão da riqueza dos debates realizados na reunião anterior, especialmente pela participação de Heleno Araújo e da Senadora Teresa Leitão nas discussões relativas ao Plano Nacional de Educação e aos planos decenais. Foi informado que o registro detalhado visava preservar a essência das falas, debates e encaminhamentos da reunião anterior, destacando também a necessidade futura de discussão sobre possíveis formas híbridas de participação no fórum, conciliando presencialidade e transmissão virtual. Foi informado que eventuais alterações na ata poderiam ser encaminhadas posteriormente por e-mail até a próxima reunião. Passou-se então às justificativas de ausência, sendo registradas as seguintes: **Rui, do SINESP, por atestado médico; Raquel, do CPEN; Késia da Campanha; Rita de Cássia; Franciele; Lucimeire (CME); Érica; Cristiane (Movimento Negro Unificado); Lúcia (CPP); Giliane; Bonfim (APEOESP); Cléo (SINPEEM); Cláudia; Débora; Walter; Lúcia Aparecida; Professora Maria de Fátima Abdala (ANFOPE); Mônica (DRE Penha); Juliana (DRE GUAINAZES); Lívia Freitas, da DRE Santo Amaro**. Na sequência, iniciou-se o processo de eleição da executiva do Fórum Municipal de Educação. A coordenação informou que a Comissão Eleitoral realizou o acompanhamento do processo principalmente por meio de comunicação via WhatsApp, não sendo necessárias reuniões específicas, uma vez que os pleitos apresentados atendiam integralmente aos critérios estabelecidos na Resolução nº 001/2026. Foi esclarecido que os critérios incluíam participação mínima de 50% das reuniões do Fórum Municipal de Educação entre maio de 2025 e maio de 2026, regularidade nas justificativas de ausência e tempo mínimo de um ano de ingresso no fórum para concorrer à Secretaria Executiva. A coordenação registrou agradecimentos aos membros da Comissão Eleitoral: Luzia, da Educafro; Ana Dantas, do Coletivo 100% ATE; e Neusa, da APROFIBE. Foram apresentados os seguintes pleitos: **SINTEPS indicou Felipe Chad para a Coordenação da Comissão de Mobilização e Divulgação**; **Setorial de Educação do Partido dos Trabalhadores indicou Fátima Antônio para a Coordenação da Comissão de Monitoramento e Sistematização; Conselho de Alimentação Escolar indicou Maria Vilany para a Secretaria Executiva; Fórum Municipal de Educação Infantil da Cidade de São Paulo indicou Edilene para a Coordenação Adjunta; SINDSEP indicou Marcel para a Coordenação do Fórum Municipal de Educação.** Foi esclarecido que não houve disputa para nenhuma das vagas, motivo pelo qual a própria resolução previa o processo de aclamação. Antes da aclamação, foi facultada a palavra aos novos integrantes da executiva. **Fátima Antônio** destacou que participa do Fórum Municipal de Educação desde sua criação, em 2015, registrando que era a primeira vez que assumia uma função na coordenação executiva. Ressaltou que o momento é complexo, especialmente em razão da realização das conferências municipais e da construção do novo Plano Municipal de Educação. Também destacou que a Comissão de Monitoramento e Sistematização possui papel fundamental nesse processo, mas enfatizou que o trabalho será coletivo, envolvendo todo o fórum. Agradeceu ao Setorial Municipal de Educação do PT pela confiança e indicação. **Felipe Chad** apresentou-se como integrante da diretoria do SINTEPS, sindicato representativo dos trabalhadores do Centro Paula Souza, destacando a forte presença das escolas técnicas e FATECs na cidade de São Paulo. Colocou-se à disposição para contribuir com os trabalhos da Comissão de Mobilização e Divulgação, visando fortalecer as ações do fórum, ampliar a participação das entidades e contribuir com a realização das conferências. Na continuidade da reunião, a Coordenação realizou leitura das atribuições constantes no regimento interno referentes aos direitos e deveres dos membros do fórum, **à Coordenação do Fórum, à Comissão de Monitoramento e Sistematização, à Comissão de Mobilização e Divulgação e à Secretaria Executiva.** Foram destacados pontos como participação com direito à voz e voto, cumprimento dos objetivos do fórum, divulgação das ações do Fórum Municipal de Educação,

monitoramento do Plano Municipal de Educação, acompanhamento de indicadores educacionais, organização das conferências municipais de educação, produção de publicações do fórum e apoio técnico e administrativo às atividades do fórum. Durante a leitura das atribuições regimentais, foi apontada a necessidade futura de revisão do Regimento Interno, considerando a existência de sobreposição de atribuições entre as diferentes comissões e a necessidade de atualização das normas à realidade atual do fórum. Também foi debatida a necessidade de garantir espaço institucional ao Fórum Municipal de Educação dentro da estrutura da Secretaria Municipal de Educação, inclusive com página específica no portal institucional para divulgação de atas, informes e ações desenvolvidas. Foi informado que outros conselhos municipais já possuem espaços institucionais próprios no portal da Secretaria Municipal de Educação. Encerrados os esclarecimentos, procedeu-se ao processo de aclamação da nova executiva. Não havendo manifestações contrárias nem abstenções, foram declarados empossados **a Coordenação do Fórum, a Coordenação Adjunta, a Secretaria Executiva, a Coordenação da Comissão de Mobilização e Divulgação e a Coordenação da Comissão de Monitoramento e Sistematização**. Na sequência, iniciou-se a composição das comissões permanentes do Fórum Municipal de Educação. A coordenação esclareceu que as entidades poderiam participar de ambas as comissões, considerando a existência de representantes titulares e suplentes. Também foi informado que posteriormente haverá necessidade de constituição de comissão organizadora específica para as conferências municipais de educação. Foi ressaltado que a primeira tarefa da Comissão de Monitoramento e Sistematização será organizar, sistematizar e tornar mais acessível o material produzido na Conferência Municipal de Educação de 2023, visando facilitar a compreensão e divulgação dos resultados apresentados no relatório final da conferência. Também foi ressaltado que em 2027 ocorrerão a etapa municipal e estadual da CONAE, sendo a etapa nacional prevista para o primeiro semestre de 2028, em Brasília. A coordenação destacou a importância da mobilização do fórum para garantir a continuidade das discussões sobre o Plano Nacional de Educação e a defesa da democracia e da educação pública. Foram registradas as seguintes manifestações para composição das comissões:**Comissão de Monitoramento e Sistematização: CUT; CREFONO; Fórum EJA; Gabinete Luna Zaratini; CAE; DRE Pirituba/Jaraguá; DRE Freguesia/Brasilândia; Gabinete do Vereador Hélio; APROFEM e demais entidades posteriormente indicadas. Comissão de Divulgação e Mobilização: Conselho Regional de Psicologia; DRE Jaçanã/Tremembé; DRE Santo Amaro; FETAN; FEMEISP; Fórum MOVA; Gabinete do Vereador João Ananias; SINDSEP; AFLI; Coletivo Paulo Freire; SIMPRO; e demais entidades interessadas.** Durante a composição das comissões, representantes das Diretorias Regionais de Educação manifestaram dúvidas sobre a relação entre as comissões permanentes e a futura organização das conferências regionais e municipais. A coordenação esclareceu que haverá posteriormente uma comissão específica para organização das conferências, envolvendo ampla participação territorial e institucional. Também foi debatida a importância da Comissão de Divulgação e Mobilização no fortalecimento da participação das entidades e no diálogo com instituições que deixaram de participar regularmente das reuniões do fórum. A Coordenação informou que as comissões permanecerão abertas à adesão de outras entidades e que seria elaborado informe específico para os membros ausentes, contextualizando as discussões realizadas na reunião. Na continuidade da pauta, foram unificados os debates relativos **aos informes da Comissão de Monitoramento,** à organização das Câmaras Temáticas, às pré-conferências regionais e aos informes da Comissão das Quatro Instâncias. **Fátima Antônio** destacou que todas as ações desenvolvidas pelo Fórum Municipal de Educação convergem para a construção do novo Plano Municipal de Educação. Ressaltou que o material produzido na Conferência Municipal de Educação de 2023 será fundamental para subsidiar os

debates futuros, assim como os dados produzidos por diferentes plataformas públicas e instâncias de monitoramento educacional. Foi informado que o Plano Nacional de Educação possui **19 dezenove objetivos** e que a proposta apresentada pela Comissão de Monitoramento e Sistematização consistia na reorganização desses objetivos em **quatorze** Câmaras Temáticas, agrupando temas correlatos, visando otimizar os debates e ampliar a participação das entidades. Foram apresentados exemplos de agrupamentos temáticos, tais como: acesso e qualidade da educação infantil; alfabetização; acesso, trajetória e conclusão no ensino fundamental e médio; aprendizagem no ensino fundamental e médio; educação integral; conectividade e educação digital; sustentabilidade socioambiental entre outros. Foi informado ainda que já havia sido realizado levantamento preliminar das entidades interessadas em participar de cada uma das Câmaras Temáticas. Dando continuidade à apresentação das Câmaras Temáticas vinculadas aos objetivos do Plano Nacional de Educação, foi informado que o objetivo oito tratava da sustentabilidade socioambiental na educação, sendo destacado que até aquele momento não havia inscrições de entidades para contribuição específica nesse eixo temático. A coordenação ressaltou a necessidade de mobilização de entidades e participantes para garantir contribuições à temática, considerada fundamental diante dos debates contemporâneos sobre educação e sustentabilidade. Na sequência, foi apresentado o objetivo nove, referente à educação escolar indígena, educação do campo e educação escolar quilombola; o objetivo dez, referente à educação especial, inclusive educação bilíngue de surdos; e o objetivo onze, relativo à educação de jovens, adultos e idosos. Foram ainda agrupados os objetivos doze e treze, relativos à qualidade da educação profissional e tecnológica, bem como acesso, permanência e conclusão na educação profissional e tecnológica. Durante a apresentação, **Walter** solicitou a palavra para problematizar a junção dos objetivos três, quatro e cinco em uma mesma câmara temática, destacando que alfabetização, ensino fundamental e ensino médio possuem especificidades e desafios muito distintos. Ressaltou que o ensino médio constitui atualmente espaço de forte disputa ideológica e curricular no país, especialmente após as reformas ocorridas nos últimos anos, e que a alfabetização apresenta desafios próprios que não poderiam ser diluídos em um agrupamento excessivamente amplo. Defendeu, portanto, a necessidade de repensar a junção dos objetivos. Outros participantes também manifestaram preocupação com a junção dos objetivos. Foi destacado que a alfabetização demanda olhar específico, sobretudo em razão das avaliações externas e das políticas nacionais voltadas ao tema. **Nara,** representante do Conselho Regional de Fonoaudiologia de São Paulo, solicitou maiores esclarecimentos acerca da proposta de agrupamento entre alfabetização, aprendizagem e ensino fundamental e médio, ressaltando que os processos de desenvolvimento e aprendizagem possuem características distintas ao longo dos ciclos da vida e da escolarização. A Coordenação esclareceu que a proposta de agrupamento possuía caráter inicial e visava aproximar debates relativos ao ensino fundamental e ao ensino médio, sem impedir futuras subdivisões. Foi ressaltado que a proposta permanecia aberta ao debate e à reorganização, sendo possível a constituição de subcomissões dentro da própria Câmara Temática para garantir maior aprofundamento das especificidades de cada etapa. **Márcio,** diretor de escola e representante da APROFEM, destacou que a alfabetização deve ser compreendida ao longo de toda a trajetória escolar e não apenas nas séries iniciais, argumentando que muitos estudantes chegam ao ensino fundamental II e até ao ensino médio sem pleno domínio da alfabetização. Defendeu, portanto, a importância de manter os debates articulados, ainda que preservadas as especificidades de cada etapa da educação básica. Na sequência, a coordenação relembrou que o atual Plano Municipal de Educação da Cidade de São Paulo não possui meta específica voltada exclusivamente à alfabetização, uma vez que a temática aparece transversalmente distribuída entre diferentes metas. Foi ressaltado que um dos desafios da nova

elaboração do Plano Municipal de Educação será justamente estruturar de forma mais explícita as discussões relativas à alfabetização. Também foi informado que o objetivo relacionado à sustentabilidade socioambiental foi incluído posteriormente durante a tramitação do Plano Nacional de Educação no Senado Federal, razão pela qual não constava inicialmente nas inscrições organizadas pelo Fórum Municipal de Educação. Foi esclarecido ainda que as entidades já haviam realizado indicações preliminares para participação nas Câmaras Temáticas e que seria necessário reorganizar as inscrições após a inclusão do novo objetivo relativo à sustentabilidade socioambiental. A coordenação reafirmou que a proposta de manutenção dos objetivos três, quatro e cinco em uma mesma câmara temática poderia ser acompanhada da criação de subcomissões internas voltadas especificamente à alfabetização, ensino fundamental e ensino médio, buscando garantir aprofundamento dos debates e preservação das especificidades de cada etapa educacional. O encaminhamento foi acolhido pelos participantes presentes. Na continuidade da apresentação das Câmaras Temáticas, foram agrupados os objetivos relativos: à qualidade da educação profissional e tecnológica; ao acesso, permanência e conclusão na educação profissional e tecnológica; ao acesso, permanência, conclusão e qualidade na graduação; à pós-graduação stricto sensu; à formação e valorização dos profissionais da educação básica; à participação, controle social e gestão democrática na educação pública; ao financiamento e infraestrutura da educação. Foi destacado que os **dezenove objetivos do Plano Nacional de Educação haviam sido reorganizados em quatorze Câmaras Temáticas**, buscando ampliar a participação dos grupos e otimizar os debates, sem perder de vista as especificidades das diferentes modalidades e etapas educacionais. **Alexandre**, representando o mandato do vereador João Ananias, questionou a ausência explícita das temáticas afro-brasileiras e étnico-raciais no objetivo relacionado à educação escolar indígena, quilombola e do campo. A coordenação reconheceu que o debate também ocorreu no âmbito nacional e afirmou que o Fórum Municipal de Educação possui autonomia para incluir especificidades relacionadas à realidade educacional da cidade de São Paulo na formulação do próximo Plano Municipal de Educação. **Marcela**, representante do Fórum EJA, relatou experiência acadêmica relacionada à análise dos planos municipais de educação do Estado de São Paulo, destacando que a maioria dos municípios reproduziu o Plano Nacional de Educação sem adaptações significativas, enquanto o Plano Municipal de Educação da Cidade de São Paulo apresentou caráter autoral e construção própria, dialogando diretamente com a realidade municipal. Ressaltou a importância de preservar essa característica no novo processo de elaboração do plano. A Coordenação retomou a importância histórica da elaboração do Plano Municipal de Educação da Cidade de São Paulo, ressaltando que o documento vigente reduziu e reorganizou as metas originalmente previstas no Plano Nacional de Educação, incorporando especificidades locais e construções próprias da rede municipal. Em seguida, foi retomado o debate sobre alfabetização, sendo destacada novamente a existência do Pacto Nacional pela Alfabetização e a necessidade de garantir olhar específico à temática dentro das futuras Câmaras Temáticas. A Coordenação reforçou que as especificidades das etapas e modalidades educacionais seriam preservadas ao longo dos trabalhos das subcomissões e pré-conferências. Na sequência, foi apresentada a proposta de organização das **pré-conferências vinculadas ao processo de construção do novo Plano Municipal de Educação**. Inicialmente discutida a possibilidade de realização de **pré-conferências regionais por subprefeitura**, passou-se posteriormente a considerar a organização de **pré-conferências temáticas vinculadas diretamente às Câmaras Temáticas** constituídas pelo fórum. Foi explicado que as pré-conferências temáticas teriam como objetivo subsidiar **a elaboração do texto-base da futura Conferência Municipal de Educação, prevista para ocorrer em 2027**. Cada Câmara Temática seria responsável pela condução dos debates de seu respectivo eixo

temático, mobilizando profissionais, entidades e representantes da sociedade civil interessados nos temas debatidos. Na continuidade da reunião, foram apresentados **informes da Comissão das Quatro Instâncias, composta pela Câmara Municipal de São Paulo, Fórum Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Educação**. Foi informado que, na reunião realizada em 17 de abril, houve compartilhamento das ações de monitoramento do Plano Municipal de Educação e discussão de proposta de cronograma para realização das conferências de educação, avaliação do plano vigente e elaboração do próximo plano municipal. A Coordenação destacou a importância de o Fórum Municipal de Educação constituir mecanismo próprio de monitoramento do Plano Municipal de Educação, produzindo análises críticas dos dados educacionais e não apenas acompanhando os relatórios produzidos pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação. Foi ressaltada a necessidade de problematizar os indicadores educacionais, analisando não apenas o cumprimento quantitativo das metas, mas também a qualidade das políticas implementadas. Também foi informado que a Câmara Municipal de São Paulo passaria a constituir comissão própria de monitoramento e acompanhamento do Plano Municipal de Educação, fortalecendo o trabalho interinstitucional desenvolvido pelas quatro instâncias. No debate sobre o cronograma das conferências, **foi apresentada proposta inicial de realização das conferências regionais em novembro de 2026 e da Conferência Municipal de Educação em fevereiro de 2027**. Entretanto, a coordenação ponderou que o calendário poderia inviabilizar adequada mobilização da rede municipal de ensino, especialmente em razão do início do ano letivo e da ausência, até aquele momento, de publicação da instrução normativa necessária para organização oficial do processo. Foi ressaltado que a **realização do PME na Rede** dependeria diretamente da publicação da instrução normativa pela Secretaria Municipal de Educação, bem como da **constituição formal do Comitê Gestor do Plano Municipal de Educação**. A Coordenação enfatizou preocupação com a demora na publicação da normativa e destacou a necessidade de mobilização institucional das Diretorias Regionais de Educação e dos territórios escolares. Na continuidade do debate, **consolidou-se a proposta de realização de pré-conferências temáticas vinculadas às Câmaras Temáticas, ao invés de pré-conferências exclusivamente regionais**. Foi argumentado que as conferências temáticas possibilitariam maior aprofundamento dos debates e maior qualidade na elaboração dos textos-base das conferências futuras. Representantes presentes destacaram que determinados eixos, especialmente os relacionados ao ensino fundamental, alfabetização e ensino médio, poderiam demandar subdivisões adicionais ou realização de seminários específicos, dada a complexidade e amplitude dos temas envolvidos. Também foi debatida a necessidade de garantir espaços acessíveis e territorialmente adequados para realização das pré-conferências temáticas, considerando a participação ampla da rede municipal de ensino e da sociedade civil. Ao final do debate, foi encaminhada a organização das Câmaras Temáticas em grupos próprios de trabalho, com previsão de divulgação das entidades participantes, reorganização das inscrições já realizadas e posterior criação de grupos de comunicação e compartilhamento de materiais. Foi proposta ainda a criação de um repositório digital compartilhado, em formato de Google Drive, para armazenamento de documentos, textos, relatórios e materiais de apoio às Câmaras Temáticas, proposta acolhida positivamente pelos presentes. Na continuidade da reunião, após os debates sobre as Câmaras Temáticas e a organização das pré-conferências do Plano Municipal de Educação, a Coordenação retomou a palavra para encaminhar a necessidade de reformulação formal da Comissão das Quatro Instâncias junto à Secretaria Municipal de Educação. Foi apontado que os nomes dos representantes indicados pela Câmara Municipal de São Paulo ainda não constavam formalmente publicados em Diário Oficial, dificultando a identificação oficial dos interlocutores institucionais.

Assim, deliberou-se pela elaboração de ofício à Secretaria Municipal de Educação solicitando a formalização e publicação oficial da composição atualizada da Comissão das Quatro Instâncias, incluindo os representantes titulares e suplentes das instituições participantes. Na sequência, a coordenação informou que ainda restavam como pontos de pauta os informes gerais, bem como o **debate referente ao Projeto de Lei nº 354/2026**, protocolado pelo Executivo Municipal no mesmo dia da reunião. Foi registrado que houve dificuldade técnica para projeção do texto do projeto durante a reunião em razão de problemas de conexão com a internet, sendo realizada leitura parcial e análise oral do documento pelos participantes. A Coordenação contextualizou que o protocolo do Projeto de Lei nº 354/2026 ocorreu no mesmo dia em que entidades sindicais realizavam assembleia e mobilização em frente à Câmara Municipal de São Paulo, no contexto da campanha salarial dos servidores municipais. Foi destacado que havia expectativa de continuidade das negociações entre o governo municipal e as entidades representativas dos trabalhadores, especialmente no tocante ao reajuste salarial e às condições de trabalho. Entretanto, o envio do projeto à Câmara Municipal foi compreendido pelos presentes como interrupção unilateral do processo de negociação em curso. Foi ressaltado que o projeto apresentou percentual de reajuste inferior às propostas anteriormente debatidas nas mesas de negociação, consolidando índice total considerado insuficiente pelas entidades representativas do funcionalismo público municipal. Também foi criticada a manutenção da política de abonos complementares relacionados ao piso nacional do magistério, sem incorporação efetiva aos vencimentos das carreiras da educação. Os participantes defenderam que a valorização salarial deveria ocorrer por meio de incorporação ao padrão de vencimentos em todas as referências da carreira, evitando achatamento salarial entre profissionais ingressantes e aqueles com maior tempo de serviço. **Na análise do Capítulo V do Projeto de Lei nº 354/2026, relativo à transformação do cargo de Professor de Educação Infantil em cargo de Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental I,** a Coordenação apontou profunda preocupação com os possíveis impactos estruturais dessa alteração na rede municipal de ensino. Foi destacado que o cargo de **Professor de Educação Infantil possui atuação historicamente vinculada aos Centros de Educação Infantil – CEIs**, especialmente no atendimento de crianças de zero a três anos, possuindo especificidades pedagógicas, organizacionais e previdenciárias próprias. Os participantes manifestaram preocupação com a possibilidade de extinção gradual do cargo específico de Professor de Educação Infantil e apontaram riscos de aprofundamento da terceirização e conveniamento da educação infantil na cidade de São Paulo. Foram mencionadas diferenças entre jornadas de trabalho, organização pedagógica e regras previdenciárias entre os cargos existentes na rede municipal, questionando-se a ausência de clareza acerca das consequências administrativas e pedagógicas da proposta. Também foi ressaltado que a regulamentação futura por decreto gerava insegurança quanto às reais intenções da gestão municipal. **Edilene, representante do FEMEISP**, destacou que a educação infantil vem sofrendo crescente processo de precarização e privatização, especialmente por meio da ampliação da rede conveniada. Relatou situações em que vagas inicialmente disponibilizadas para unidades diretas eram posteriormente redirecionadas às unidades conveniadas, apontando redução gradual da matrícula nas unidades diretas da rede municipal. Ressaltou ainda dificuldades decorrentes da alta rotatividade de profissionais contratados, comprometendo processos formativos e continuidade pedagógica nas unidades de educação infantil. **Márcio, representante da APROFEM**, também criticou o avanço da terceirização da educação infantil, afirmando que a transformação dos cargos indicava intenção de enfraquecimento da rede direta municipal. Ressaltou que a propaganda governamental referente à suposta eliminação da fila da educação infantil desconsiderava o crescimento expressivo do conveniamento, apontando diferenças

significativas de estrutura, condições de trabalho e atendimento entre unidades diretas e conveniadas. Outro ponto amplamente debatido foi o artigo referente **à realização de concursos de acesso e ingresso para cargos do quadro dos profissionais da educação**. A Coordenação destacou preocupação com a previsão de múltiplas etapas avaliativas**, incluindo prova discursiva, prova prática ou didática, avaliação psicológica, prova de títulos e curso de formação com bolsa-auxílio parcial.** Foi questionada a ausência de clareza sobre a duração, natureza e objetivos do curso de formação previsto no projeto, bem como os impactos da retirada temporária de profissionais da rede municipal durante esse processo. Também foi objeto de preocupação **a alteração do artigo 15 da Lei nº 17.437/2020, ampliando de 20% para até 30% o limite de contratação temporária de profissionais da educação e auxiliares técnicos de educação.** Os participantes apontaram que a medida contraria as reivindicações históricas das entidades sindicais em defesa da realização de concursos públicos e da ampliação do quadro efetivo da rede municipal. Foi ressaltado que a ampliação das contratações temporárias tende a aprofundar a precarização das relações de trabalho e comprometer a continuidade das políticas educacionais. **Fátima** destacou que nenhuma das medidas constantes no Projeto de Lei nº 354/2026 havia sido previamente debatida nas mesas de negociação realizadas entre governo e entidades sindicais. Ressaltou que o projeto ignorava integralmente as reivindicações apresentadas pelos trabalhadores da educação, especialmente no tocante a condições de trabalho, concursos públicos e valorização profissional. Alertou ainda para a necessidade de intensa mobilização do Fórum Municipal de Educação durante o processo de construção do novo Plano Municipal de Educação, diante da possibilidade de novas alterações estruturais sem diálogo prévio com a comunidade educacional. Na continuidade do debate, **Felipe Chad** apresentou informe referente à mobilização de estudantes das ETECs e FATECs em defesa da regulamentação da lei estadual que instituiu bolsas de auxílio permanência para estudantes do Centro Paula Souza. Informou que a legislação, criada em 2018, ainda não havia sido regulamentada pelos sucessivos governos estaduais, comprometendo a permanência estudantil. Solicitou apoio das entidades do Fórum Municipal de Educação na divulgação da campanha e do abaixo-assinado voltado à cobrança de regulamentação da política pública. Também foram retomadas discussões relacionadas à situação dos profissionais readaptados da rede municipal de ensino. A Coordenação informou que o **Projeto de Lei nº 354/2026 reafirmava restrições anteriormente estabelecidas pela Lei nº 18.221, especialmente no tocante à participação de profissionais readaptados na Jornada Especial Integral de Formação – JEIF**. Foi destacado que tais dispositivos já se encontravam sob questionamento judicial no Supremo Tribunal Federal, por meio de ação articulada por entidades representativas dos trabalhadores municipais. Como encaminhamento, foi proposto que o Fórum Municipal de Educação elaborasse nota pública e ofício oficial à Secretaria Municipal de Educação manifestando preocupação e estranheza em relação ao conteúdo do Projeto de Lei nº 354/2026, solicitando esclarecimentos formais sobre os impactos das medidas propostas para a rede municipal de ensino. A proposta foi acolhida consensualmente pelos presentes. Na etapa de informes, foi comunicado **que entidades representativas do funcionalismo municipal haviam deliberado pela deflagração de greve** e convocado manifestação para o dia seguinte, em frente à Câmara Municipal de São Paulo, em oposição ao Projeto de Lei nº 354/2026 e às políticas de reajuste apresentadas pelo Executivo Municipal. A Coordenação destacou a importância da unidade entre diferentes categorias do serviço público municipal para defesa dos direitos dos trabalhadores e das políticas públicas. Também foram apresentados informes relativos **às ações judiciais e representações encaminhadas ao Ministério Público acerca da autorização concedida à produtora Brasil Paralelo** para realização de gravações em unidades da rede municipal de educação infantil. A

Coordenação criticou duramente o conteúdo do documentário produzido, afirmando que o material desqualificava a educação pública municipal e expunha profissionais e crianças da rede. Foi informado que o Ministério Público determinara a quebra do sigilo relacionado ao processo de autorização das gravações, buscando esclarecimentos sobre os responsáveis pela autorização e eventual participação de órgãos municipais no processo. Durante os debates, **Luci** propôs a **elaboração de moção de repúdio do Fórum Municipal de Educação em relação ao documentário produzido pela Brasil Paralelo**, considerando que o conteúdo divulgado distorcia a realidade da educação pública e comprometia a imagem da rede municipal de ensino. A proposta foi acolhida pelos presentes, ficando deliberada a construção coletiva do texto da moção por meio de compartilhamento em ambiente virtual colaborativo. **Miriam, representante do FEMEISP**, apresentou informe sobre plenária do Fórum de Educação Integral para uma Cidade Educadora, agendada para o dia 07 de maio de 2026, nas dependências da Câmara Municipal de São Paulo. Informou que o encontro teria como foco o debate conceitual sobre educação integral, em diálogo com as futuras discussões do Plano Municipal de Educação. Nada mais havendo a tratar, foram reforçados os encaminhamentos relativos **às Câmaras Temáticas, às mobilizações em defesa da educação pública municipal e à continuidade das discussões sobre o Plano Municipal de Educação.** A Coordenação agradeceu aos presentes e quem acompanha pelo canal institucional no YouTube. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião com chamado para a reunião de junho, que será no dia 02. Segue a ATA lavrada por mim, Maria Vilany – Secretaria da Executiva do FMESP. São Paulo, 05 de maio de 2026.